



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Conselho Superior

Rua Ciomara Amaral de Paula, 167 – Bairro Medicina – 37550-000 - Pouso Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 087/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a aprovação da reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura (subsequente) – Câmpus Inconfidentes.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Sérgio Pedini, nomeado pela Portaria número 689, de 27 de maio de 2010, publicada no DOU de 28 de maio de 2010, seção 2, página 13 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação do Conselho Superior em reunião realizada na data de 16 de dezembro de 2013, **RESOLVE**:

Art. 1º - **Aprovar** a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura, na modalidade subsequente, do Câmpus Inconfidentes (anexo).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Alegre, 16 de dezembro de 2013.

Sérgio Pedini
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SUL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO PEDAGÓGICO
TÉCNICO EM AGRICULTURA
SUBSEQUENTE**

Inconfidentes

2013

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante Oliva

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marco Antônio Oliveira

REITOR DO IFSULDEMINAS

Sérgio Pedini

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

José Jorge Guimarães Garcia

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Marcelo Simão da Rosa

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Mauro Alberti Filho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Cléber Ávila Barbosa

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SUL DE MINAS GERAIS
Conselho Superior**

PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO IFSULDEMINAS

Reitor, Sérgio Pedini

REPRESENTANTES DA SETEC/MEC

Mário Sérgio Costa Vieira e Marcelo Machado Feres

REPRESENTANTES CORPO DOCENTE

Luiz Flávio Reis Fernandes

José Pereira da Silva Junior e Aline Manke Nachtigal

Tarcísio de Souza Gaspar e Luciana Maria Vieira Lopes Mendonça

REPRESENTANTES CORPO DISCENTE

Adolfo Luís de Carvalho e Washington Bruno Silva Pereira

Oswaldo Lahmann Santos e Juliano Donizete Junqueira

Dreice Montanheiro Costa e Ygor Vilas Boas Ortigara

REPRESENTANTES TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Maria Inês Oliveira da Silva

Débora Jucely de Carvalho e Antônio Carlos Estanislau

Cleonice Maria da Silva e Marcos Roberto dos Santos

REPRESENTANTES EGRESSO

Marco Antônio Ferreira e Luiz Fernando Bócoli

Tales Machado Lacerda e Jonathan Ribeiro de Araújo

Leonardo de Alcântara Moreira e Sindynara Ferreira

REPRESENTANTE DE ENTIDADES PATRONAIS

Alexandre Magno de Moura e Neusa Maria Arruda

REPRESENTANTES DE ENTIDADES DOS TRABALHADORES

Andréia de Fátima da Silva e Patrícia Dutra Mendonça Costa

Everson de Alcântara Tardeli e José Reginaldo Inácio

REPRESENTANTES DO SETOR PÚBLICO OU ESTATAIS

Pedro Paulo de Oliveira Fagundes e Jésus de Souza Pagliarini

Raul Maria Cássia e Edmundo Modesto de Melo

REPRESENTANTES DOS DIRETORES-GERAIS DE CAMPUS

Ademir José Pereira

Walner José Mendes

Luiz Carlos Machado Rodrigues

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SUL DE MINAS GERAIS**

Diretores de Campus

CAMPUS INCONFIDENTES

Ademir José Pereira

CAMPUS MACHADO

Walner José Mendes

CAMPUS MUZAMBINHO

Luiz Carlos Machado Rodrigues

CAMPUS POÇOS DE CALDAS

Josué Lopes

CAMPUS POUSO ALEGRE

Marcelo Carvalho Bottazzini

CAMPUS PASSOS

Juvêncio Geraldo de Moura

COORDENADOR DO CURSO

Carlos Magno de Lima

EQUIPE ORGANIZADORA

DOCENTES

Carlos Magno de Lima

Jamil Moraes Pereira

PEDAGOGAS

Cleonice Maria da Silva

Wanúcia Maria Maia Bernardes Barros

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Início de Trabalho no Instituto	Área de atuação
Carlos Magno de Lima	Mestre	Integral – DE	20/04/2010	Mecanização Agrícola; Construções rurais
Jamil de Moraes Pereira	Doutor	Integral – DE	01/07/1998	Fruticultura
José Luiz de A.R. Pereira	Doutor	Integral – DE	20/04/2010	Culturas Anuais
Luiz Carlos Dias Rocha	Doutor	Integral – DE	01/08/2005	Agroecologia
Marcos Caldeira Ribeiro	Doutor	Integral – DE	18/01/2010	Irrigação e Drenagem; Topografia; Conservação do solo e da água.
Sindynara Ferreira	Doutor	Integral – DE	03/01/2011	Olericultura
Verônica S. de Paula Moraes	Mestre	Integral – DE	26/02/1998	Processamento de Alimentos
Ester Lambert Pereira	Mestre	Horista – Hora aula (Contratação pela Prefeitura)	12/03/2012	Introdução a Agropecuária; Defesa fitossanitária; Fertilidade do solo e nutrição de plantas; Olericultura; Produção integrada; Solos e meio ambiente; Agroecologia e des. Sustentável; Irrigação e drenagem.
Elaine Saletti Pereira	Graduada	Horista – Hora aula (Contratação pela Prefeitura)	12/08/2013	Associativismo e Corporativismo, Gestão de Custos.
Joriel Donizete Araujo	Pós Graduado	Horista – Hora aula	12/03/2012	Associativismo e Corporativismo, Gestão de Custos.
Luciano Souza	Pós Graduado	Horista – Hora aula	01/04/2013	Administração; Empreendedorismo; Associativismo e cooperativismo; Logística no Agronegócio.
Luis Nimitz Rodrigues	Pós Graduado	Horista – Hora aula	12/03/2012	Introdução a Agropecuária; Mecanização Agrícola; Construções rurais; Topografia; Culturas Anuais; Culturas Perenes; Agroecologia e des. Sustentável Tecnologia de Processamento de Produtos Vegetais; Extensão Rural.
Renan Saulo Sales	Graduado	Horista – Hora aula	01/04/2013	Informática
Sergio Adriano de Oliveira	Pós Graduado	Horista – Hora aula	01/04/2013	Legislação

SUMÁRIO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	1
1. APRESENTAÇÃO DO CURSO	7
1.1 Histórico Institucional Câmpus Inconfidentes	8
1.2 Caracterização Institucional do IFSULDEMINAS	11
2. Identificação do Curso	13
3. Requisitos e Formas de Acesso	14
4. Perfil profissional do Egresso	15
5. JUSTIFICATIVA	16
6. OBJETIVOS	18
6.1 Objetivo Geral	18
7. Organização Curricular	19
7.2. Prática Profissional	23
7.2.1 Desenvolvimento de Projetos	23
7.2.2 Estágio Curricular	23
7.3 Diretrizes curriculares e procedimentos pedagógicos	23
8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	25
9. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	29
10. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	31
11.1 Biblioteca Central	31
11. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	32
12. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	35
13. COMPONENTES CURRICULARES	36
14. BIBLIOGRAFIA	50

1. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O curso Técnico Subsequente em Agricultura compreende o estudo das tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas para associar as diferentes tecnologias à solução de problemas que se apresentam no campo.

Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento, buscando a sustentabilidade agroecológica, a conscientização para o desenvolvimento da agricultura familiar e do meio ambiente, a promoção do conhecimento para a produção de alimentos com responsabilidade ambiental.

Atualmente, a exemplo do que ocorre no âmbito nacional, o setor agropecuário continua sendo a base de desenvolvimento econômico do sul de Minas, tendo, em alguns municípios, participação superior a 50% da renda. A agropecuária representa 35,6% deste total, vindo, a seguir, a indústria e o setor de serviços com 18% e 13% respectivamente. Esses dados mostram a aptidão agropecuária da região e demonstram a pertinência da oferta de programas de formação profissional neste área.

O IFSULDEMINAS Câmpus Inconfidentes, fundamentado em dispositivos da Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e das alterações introduzidas por meio da Lei 11.741/2008, oferece o curso de Técnico em Agricultura na modalidade subsequente, na região de Cambuí/ MG. Essa oferta veio ao encontro da demanda identificada na cidade de Cambuí, através de levantamentos de dados realizados junto à comunidade, visando a preparação do indivíduo para o mundo do trabalho, e/ou continuidade dos estudos.

Destacam-se na organização curricular deste curso o desenvolvimento de ações educativas de integração com práticas agrícolas com vistas a subsidiar os educandos e a comunidade local na produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Observa-se que para auxiliar na prática pedagógica o Polo de Cambuí conta com o apoio da infraestrutura do Câmpus Inconfidentes que dispõe de uma fazenda com cerca de 200 hectares, com unidades de processamento de leite e derivados, produtos vegetais minimamente processados e produtos cárnicos. Além destes, há laboratórios para atender a demanda dos diferentes cursos e níveis de ensino, tais como laboratórios de Fertilidade do Solo, Bromatologia, Biotecnologia, Anatomia Animal, Qualidade da água, Apicultura, Entomologia, Física do solo, Geomática, Geoprocessamento, Ensino de informática, Redes de Computadores, Manutenção de Hardware, Inseminação Artificial, Irrigação e Drenagem,

Sementes, Microbiologia, Tecnologia do Sêmen, Topografia, Zoologia, Taxonomia Vegetal e Recuperação de Áreas Degradadas.

Na cidade de Cambuí, as aulas práticas se efetivam com a parceria da Prefeitura, da EMATER e de proprietários locais. Pretende-se dessa forma estimular o desenvolvimento regional, contribuindo com a difusão de tecnologias e, principalmente, formando profissionais contextualizados e aptos para atuação no mercado de trabalho.

1.1 Histórico Institucional Câmpus Inconfidentes

A Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes MG – “Visconde de Mauá” tem sua origem em 28 de fevereiro de 1918, pelo Decreto nº 12.893, nove anos após a criação da primeira Escola Agrícola no Brasil, ainda como Patronato Agrícola, vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Permaneceu assim até o final da década de 50, quando então passou a ser denominada a Escola Agrícola “Visconde de Mauá”, oferecendo curso ginásial, durante toda a década de 60. Em 1978, passou a Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG “Visconde de Mauá”, com 203 alunos matriculados. A partir desse ano, desenvolveu-se o sistema Escola-Fazenda, destacando-se a implantação da Cooperativa-Escola como elo entre a Escola e o Mercado Consumidor, consolidando a filosofia do “Aprender a fazer e fazer para aprender”.

Este fato, proporcionou a integração de três mecanismos fundamentais: Sala de aula, Unidades Educativas de Produção (UEP) e Cooperativa-Escola. Como instrumentos complementares, desenvolveram-se os sistemas de Monitoria e Estágio Supervisionado. Essas ações perduraram por toda a década de 80 e foram responsáveis pela evolução da Escola em todas as áreas Pedagógicas, Administrativas e de Produção Agropecuária. Era ministrado durante esse período o Curso Técnico Agrícola em nível de 2º Grau.

Em 1993, o processo de autarquização trouxe nova dinâmica à Escola, que além das questões administrativas e pedagógicas, provocou novas necessidades de ajustes para atender a crescente demanda da comunidade regional.

A partir do ano de 1995 foram implantados os cursos de Técnico em Informática e Técnico em Agrimensura para egressos do ensino médio, somando 508 alunos matriculados.

Em 1998, com 862 matrículas, oferecia-se na área de Agropecuária as habilitações: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agricultura, Técnico em Zootecnia e Técnico em Agroindústria, na área de Informática a habilitação de Técnico em Informática e na área de

Geomática a habilitação de Técnico em Agrimensura, nas formas concomitante e sequencial e efetivou-se a separação do Ensino Médio do Ensino Profissional.

Em 1999, registra-se a iniciativa para a efetivação dos Programas de Educação Para Jovens e Adultos e o Telecurso 1º e 2º Graus, em convênio com a Prefeitura Municipal de Inconfidentes, para atender a socialização da Educação Brasileira.

Em 2004, com 1.572 matrículas, a EAFI objetivou ser foco de referência no Estado. O compromisso institucional foi o de promover o desenvolvimento educacional da região por meio do oferecimento de Ensino Superior Tecnológico em diferentes modalidades.

Em novembro de 2004 a EAFI finalizou o projeto do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental na Agropecuária, o qual foi autorizado por comissão do MEC, Portaria Nº 4244 de 21/12/2004, publicada no DOU de 22/12/2004, Seção I, página 18.

Com o intuito de ofertar outros cursos de nível superior como parte integrante do projeto de desenvolvimento da instituição, foi iniciado em 2005 o processo para a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Agrimensura. Este curso foi autorizado pela comissão do MEC, conforme consta na Portaria n.º 781 de 24/03/2006, publicada no DOU de 27/03/2006, Seção I, página 18. Concomitantemente, elaboravam-se projetos para oferecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia em Informática e Processamento de Alimentos.

A partir desse compromisso, a EAFI definiu sua política de trabalho em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade local em interface permanente com o mercado de trabalho global e o sistema educacional.

As Escolas Agrotécnicas Federais sempre se comprometeram com a formação integral dos seus alunos, na oferta da educação básica, técnica e superior, e na promoção do desenvolvimento econômico regional. Portanto, sempre atenderam aos anseios da comunidade ofertando educação de qualidade, prestando serviços a comunidade nas suas atividades de pesquisa e extensão, respondendo às necessidades e demandas sociais oriundas do meio no qual está inserida.

Em 2008 uma nova ordenação da Rede com uma proposta educacional inovadora, abrangendo todos os estados brasileiros, propôs criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com a oferta de cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia as Escolas Agrotécnicas Federais passaram a ter uma nova identidade por afirmar seu caráter social de origem e possibilitar o redimensionamento de seu papel no atual contexto

de desenvolvimento científico e tecnológico. O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais surgiu com a unificação de três Escolas Agrotécnicas, Inconfidentes/MG, Machado/MG e Muzambinho/MG.

Além do curso de Redes de Computadores, o Câmpus Inconfidentes oferece os Cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Agrimensura, Engenharia Agrônômica, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas e Programa Especial de Formação Pedagógica para Docentes.

A implantação destes cursos deve-se ao fato do Câmpus Inconfidentes estar inserido na microrregião do Sul do Estado de Minas Gerais, que possui uma área de abrangência estratégica em função de sua proximidade a grandes polos tecnológicos, especializados em informática, microeletrônica, telecomunicações e indústria têxtil, onde destacam-se novos conceitos de crescimento industrial como os “Business Parks do Brasil”, que visa abrigar indústrias modernas e limpas. Com a predominância de pequenas propriedades rurais nesta microrregião, é grande a demanda, também, por profissionais nas áreas de agropecuária e agroindústria.

A sede do IFSULDEMIMINAS – Câmpus Inconfidentes, é equipada com laboratórios de Anatomia, Apicultura, Biotecnologia, Entomologia, Física do solo, Fisiologia, Geomática, Geoprocessamento, 06 laboratórios de Ensino de Informática, 01 Laboratório de Redes de Computadores, 01 Laboratório de Manutenção de Hardware, 01 Inseminação artificial, Irrigação e Drenagem, Microbiologia, Química dos Alimentos, Química dos Solos, Sementes, Tecnologia do Sêmen, Topografia e Zoologia, além de uma biblioteca equipada com salas de estudos que oferece acesso a internet e salas de aulas com equipamentos audiovisuais como projetores e computadores. O instituto ainda conta com um poliesportivo para desenvolvimento de atividades físicas.

O IFSULDEMINAS, Câmpus Inconfidentes, tem avançado na perspectiva inclusiva com a constituição do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que possui regimento interno, visando atender educandos com limitação ou incapacidade para o desempenho das atividades acadêmicas. O Câmpus Inconfidentes está promovendo a acessibilidade através da adequação de sua infraestrutura física e curricular, como a inclusão da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais), como preveem os decretos 5.626/2005 e 5.296/2004.

O Instituto busca também o crescimento e o desenvolvimento dos seus alunos através de atividades artístico culturais, esportivas e cívicas como, Seminários, Jornada Científica e Tecnológica, Campeonatos esportivos, Fanfarras, Orquestra de Violões, Grupo de Dança, teatro, Coral entre outros.

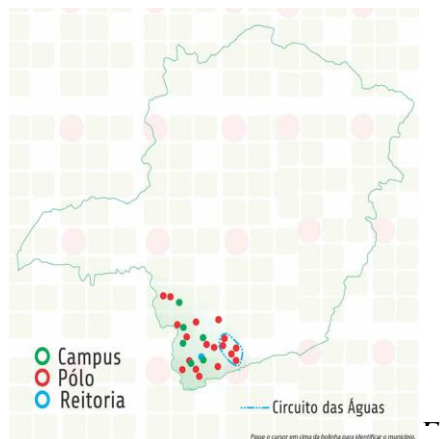
O Instituto oferece ainda para o ensino técnico integrado regimes de internato masculino e, neste ano de 2013, internato feminino, oferece também o semi-internato. Na modalidade internato são oferecidas acomodação, lavanderia, alimentação, assistência odontológica e médica, serviços de psicologia e acompanhamento ao educando.

O IFSULDEMINAS, Câmpus Inconfidentes, conta com 97 alunos matriculados no curso Técnico em Agricultura, sendo 2660 matrículas no geral. Possui no quadro um total de 86 docentes. Entre os efetivos conta com 24 Especialistas, 41 Mestres e 21 Doutores.

1.2 Caracterização Institucional do IFSULDEMINAS

Em 2008 o Governo Federal ampliou o acesso à educação do país com a criação dos Institutos Federais. Através da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Sul de Minas, as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tradicionalmente reconhecidas pela qualidade na oferta de ensino médio e técnico foram unificadas. Originou-se assim, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS. Atualmente, além dos Câmpus de Inconfidentes, Machado, Muzambinho, os Câmpus de Pouso Alegre, Poços de Caldas e Passos compõem o IFSULDEMINAS que também possui Unidades Avançadas e Polos de Rede nas cidades da região. A Reitoria interliga toda a estrutura administrativa e educacional dos Câmpus. Sediada em Pouso Alegre, sua estratégica localização, permite fácil acesso aos Câmpus e unidades do IFSULDEMINAS, como observa-se no mapa apresentado na Figura 1.



A missão do Instituto é promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.

Em todo o Brasil os Institutos Federais apresentam um modelo pedagógico e administrativo inovador. São 354 unidades e quase 400 mil vagas em todo o país. O Ministério da Educação investe R\$1,1 bilhão na expansão da Rede Federal.

2. Identificação do Curso

Nome do Curso: Técnico em Agricultura

Modalidade: Subsequente

Ano de implantação: 25 de fevereiro de 2012

Habilitação: Técnico em Agricultura

Local de oferta: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IFSULDEMINAS/ Polo de Rede em Cambuí

Turno de funcionamento: Noturno

Forma de ingresso: Processo seletivo

Requisitos de acesso: Ter concluído o ensino médio

Número de vagas oferecidas: 35

Periodicidade de oferta: Anual

Duração do curso: 2 anos

Carga horária total: 1.210h

Estágio: 200h

Tempo de integralização do curso: mínimo 2 anos e máximo 4 anos

3. Requisitos e Formas de Acesso

O ingresso ao Curso Técnico Subsequente em Agricultura dar-se-á por meio de processo seletivo (vestibular), organizado pela Comissão de Processo Seletivo do IFSULDEMINAS aos candidatos que já tenham concluído o Ensino Médio.

O acesso aos candidatos será divulgado por meio de edital publicado pela Imprensa Oficial, com indicação de requisitos da pré-inscrição, da matrícula, condições e número de vagas oferecidas e turno de funcionamento.

O número de vagas oferecidas é de 35 (trinta e cinco) vagas por turma.

O candidato que se considerar carente poderá solicitar avaliação socioeconômica para fins de isenção da taxa de inscrição.

O critério de matrícula e trancamento de curso na modalidade subsequente seguirão as normas previstas, no capítulo IV da Resolução nº 031/2013 de 11 de outubro de 2013.¹

¹ Resolução nº 031/2013 de 11 de outubro de 2013 - Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.

4. Perfil profissional do Egresso

O Técnico em Agricultura deve ser capaz de:

- planejar, executar e monitorar etapas da produção agrícola;
- atuar em atividades de extensão e associativismo;
- planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita;
- auxiliar na implantação e gerenciamento de sistemas de controle de qualidade na produção agrícola;
- identificar e aplicar técnicas mercadológicas para a distribuição e comercialização de produtos;
- elaborar laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos;
- atentar para o desenvolvimento sustentável das regiões de atuação.

Além disso, deve ser capaz de organizar, direcionar e controlar as atividades e os recursos naturais, materiais, econômicos e humanos, envolvidos em todas as etapas do Sistema Produtivo, em conformidade com a Legislação vigente e entendendo que a propriedade/empresa rural faz parte de um agro ecossistema.

O curso busca propiciar aos alunos condições de desenvolver trabalhos que tratem de temas organizacionais como: viabilidade econômica, técnicas de comercialização, ferramentas de informática, legislação e ética.

Ao final do curso e cumprindo toda a carga horária prevista, o estudante receberá o diploma de Técnico em Agricultura.

5. JUSTIFICATIVA

O Brasil, além de ser um dos maiores países do mundo em extensão, possui inúmeros recursos naturais de fundamental importância para todo o planeta: desde ecossistemas importantes como as suas florestas tropicais, o pantanal, o cerrado, os mangues e restingas, até uma grande parte da água doce disponível para o consumo humano. É detentor de uma das maiores biodiversidades do mundo e possui ainda uma riqueza cultural que tem por origem a interação entre os diversos grupos étnicos, tais como: comunidades indígenas, africanos, europeus, americanos e asiáticos. Parte desse patrimônio cultural consiste no conhecimento importantíssimo, mas ainda pouco divulgado, dos ecossistemas locais e regionais: seu funcionamento, sua dinâmica e exploração de seus recursos naturais.

Vivemos sob o paradigma do desenvolvimento sustentável, o qual enseja um mundo de responsabilidades partilhadas entre indivíduos, sociedade, empresas e governos aos cuidados com o ambiente. O caminho para a sustentabilidade pressupõe a adoção de novas condutas práticas, simples e, sobretudo, economicamente viáveis neste mundo de trabalho e tecnologias em diversos segmentos, inclusive nos Institutos Federais de Educação.

O IFSULDEMINAS - Câmpus Inconfidentes situa-se no município de Inconfidentes, que está inserida na região Sudeste, no Sul do Estado de Minas Gerais (coordenadas geográficas 22° 19' 1,2'' S e 46° 19' 40,8'' W) e 869 metros de altitude, a 450 km de Belo Horizonte e 230 km da capital paulista. O Sul de Minas é formado por 178 municípios, interligados por malha viária, onde a principal via é a Rodovia BR 381 (Fernão Dias), que liga Belo Horizonte a São Paulo. É a segunda região em importância econômica no Estado, rica em recursos minerais, possui duas hidrobacias, Rio Grande e Rio Sapucaí, que atravessam no sentido Sudeste-Noroeste e formam a represa de Furnas. O clima da região, segundo classificação de Koppen, é do tipo Cas-23, tropical úmido, com duas estações definidas: chuvosa (outubro/março) e seca (abril/outubro), com precipitação pluviométrica média anual de 1500 mm, com temperatura média de 19 °C. As condições climáticas são propícias em acelerar o processo de produção primária e favorece as áreas para o desenvolvimento da agropecuária, atividades diretamente relacionadas com uso dos recursos naturais e devendo estes ser preservados. Ainda, deve-se destacar que o Câmpus Inconfidentes está inserido na microrregião do Sul do Estado de Minas Gerais que possui uma área de abrangência estratégica, visto que os maiores polos tecnológicos, Campinas, Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, possuem “link” com empresas de produção altamente especializadas em informática,

microeletrônica e telecomunicações. Assim, pode-se afirmar que na área de abrangência há diversos setores da economia diretamente relacionados com os aspectos de emprego e renda, destacando o desenvolvimento da indústria, de serviços e da agropecuária.

No contexto de um mundo globalizado e competitivo no qual se utiliza intensamente novas tecnologias, fica evidenciada a necessidade de um esforço concentrado para a formação de recursos humanos em todos os níveis, preparados para trabalhar com tecnologias avançadas, não agressivas ao meio ambiente e de maneira harmônica com os compromissos internacionais do País.

O Câmpus de Inconfidentes propõe-se a ofertar o Curso Técnico Subsequente em Agricultura, com o objetivo de possibilitar ao aluno a formação do conhecimento para o trabalho, as inovações e as tecnologias pertinentes, assim como a formação de uma consciência crítica na organização da cadeia produtiva do segmento primário, secundário e terciário, bem como seus respectivos impactos sociais, econômicos e ambientais.

O curso propõe à qualificação dos alunos como técnicos comprometidos com as práticas oferecidas bem como as responsabilidades pertinentes ao desempenho das atividades agrícolas. Sendo assim, a sua formação visará à qualidade do ensino com dinamismo e inovação que irá contribuir para o desenvolvimento da região sob a ótica do aspecto social, político, econômico e ambiental.

A abertura do curso Técnico Subsequente em Agricultura em Cambuí veio com a demanda solicitada pelas prefeituras para capacitar os estudantes que tenham concluído o ensino médio para atender as necessidades de um desenvolvimento sustentável nos municípios e na região.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral

O Curso Técnico Subsequente em Agricultura tem por objetivo geral atender as demandas do mercado de trabalho na área agrícola, especificamente, do município e região de Cambuí, em projetos ligados ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, oferecendo capacitação profissional para aproveitamento de oportunidades de trabalho tanto no Sul de Minas Gerais como em todo o Brasil.

6.2 Objetivos específicos

- Proporcionar conhecimentos agrícolas e tecnológicos aplicáveis aos mais diversos setores do mercado, de forma abrangente e eficiente.
- Capacitar técnicos com habilidades e competências em acordo com os desejos do mercado;
- Habilitar profissionais que busquem superar as expectativas com uma postura profissional e criativa, inovadora e competente;
- Formar profissionais conscientes das carências existentes no mundo do trabalho, especificamente para pequenas e médias propriedades rurais, buscando por meio da cidadania, a capacitação e a busca de seu contínuo aprimoramento.
- Oferecer parcerias com propriedades rurais produtivas, a fim de facilitar a inserção e aprimoramento dos alunos.

7. Organização Curricular

A matriz curricular do Curso Técnico Subsequente em Agricultura é composta por 24 (vinte e quatro) disciplinas, divididas em 4 (quatro) semestres, e pelo estágio curricular, conforme quadro abaixo:

Quadro 1. Distribuição da carga horária do Curso Técnico Subsequente em Agricultura

Carga horária	Aula/Disciplinas	Estágio Curricular	Total
	1210h00	200	1410h00

A organização do curso técnico subsequente oferece disciplinas obrigatórias sem pré-requisito e o estágio curricular que otimiza a formação oferecendo significativas oportunidades de vivência profissional. No entanto, vale ressaltar que os conteúdos curriculares são apresentados de forma interdisciplinar entre as áreas de estudo, possibilitando ao aluno adquirir uma visão integrada e articulada das áreas de atuação do Técnico em Agricultura. Dessa forma, contribuir-se-á para formar profissionais com senso crítico sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais que compõem o cotidiano.

Ressalta-se, que o Câmpus Inconfidentes compreende que a Educação para a cidadania requer conhecimento sobre as políticas inclusivas², sobre a dimensão política do cuidado com o meio ambiente³ local, regional, global e o respeito à diversidade⁴. O curso Técnico em Agricultura tem em seu programa disciplinas que visam integrar os alunos a estas discussões da atualidade, para sua melhor formação.

Para atender as especificidades no processo ensino aprendizagem o NAPNE, com auxílio do coordenador do curso, deverá promover adaptações curriculares, resguardando todos os direitos previstos em leis às pessoas com necessidades especiais.

7.1 Estrutura Curricular

A matriz curricular está organizada em regime semestral e estabelece carga horária do curso de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Profissional Técnica, fixadas em legislação específica pelos órgãos competentes do Ministério da Educação, dentre

² Conf. Decreto 7611 de 17 de novembro de 2011 e a Lei 5.296/2004.

³ Conf. Resolução 2 de 15 de Junho de 2012 e a Lei 11.645 de 10 de Março de 2008

⁴ Resolução nº1, de 30 de maio de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos

elas: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, Pareceres CNE/CEB nº 16/1999 e nº 39/2004 e as Resoluções CNE/CEB nº 04/1999 e nº 01/2005.

a) A carga horária estabelecida para a respectiva habilitação de formação profissional específica da área profissionalizante é de 1210 horas, descrita nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional. A carga horária destinada para estágio supervisionado é de 200 horas.

b) A educação profissional técnica de nível médio subsequente será oferecido a quem tenha concluído o Ensino Médio.

c) Ao final do curso, cumprida toda a carga horária prevista, o estudante receberá o diploma de Técnico em Agricultura.

d) Os planos de curso deverão ser revistos e/ou alterados sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas, defasagens entre o perfil de conclusão do curso, seus objetivos e sua organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais.

e) A proposta de revisão e/ou alterações dos planos de curso e matriz curricular serão feitas conjuntamente pela equipe de professores, sob coordenação da Diretoria do Departamento de Desenvolvimento Educacional, sendo no final submetida à aprovação pelo CADEM e, posteriormente, encaminhados à Câmara de Ensino, CEPE (Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão) e Conselho Superior.

f) O estágio curricular deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

g) O estágio curricular deverá ser desenvolvido a partir da matrícula do 2º semestre letivo do curso, com carga horária mínima estabelecida de acordo com a legislação vigente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, busca, baseado na transversalidade dos saberes, estabelecer uma estruturação curricular que possibilite aos professores articular saberes, através de procedimentos didático-metodológicos que oportunizam vivenciar situações de aprendizagem.

Ressalta-se que os temas educação alimentar e nutricional⁵, respeito valorização do idoso⁶, educação para o trânsito⁷, Educação das relações étnico raciais⁸ que foram contemplados na Resolução nº 2 e nº 6 de 2012 receberão tratamento transversal, onde os docentes assumirão compromisso ético para abordagem destes temas na formação do educando.

A metodologia de ensino terá como base a participação ativa do estudante na construção do conhecimento e incluirá procedimentos como exposições, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, seminários, dentre outros.

Em particular, quando houver necessidade além de programas de monitoria e projetos de extensão, haverá a elaboração de um currículo adaptado para atender a alunos com necessidades específicas. Esse currículo será pensado em colaboração com a equipe do NAPNE e Colegiado do curso.

⁵ Conf. Lei 11.947/2009. Dispõe sobre atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica.

⁶ Conf. Lei 10.741/2003 – Dispõe sobre o estatuto do idoso

⁷ Lei 9.503/97 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

⁸ Conf. Lei 11.645 de 10 de março de 2008.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGRICULTURA MODALIDADE SUBSEQUENTE																	
Componentes Curriculares	1º Semestre			2º Semestre			3º Semestre			4º Semestre							
	CHT	CHP	CHR	CHT	CHP	CHR	CHT	CHP	CHR	CHT	CHP	CHR					
Introdução à Agropecuária	30	10	40	36h40									36h40				
Solos e Meio Ambiente	30	10	40	36h40									36h40				
Agroecologia e Des. Sustentável	45	15	60	55h00									55h00				
Legislação	30	10	40	36h40									36h40				
Empreendedorismo	40	0	40	36h40									36h40				
Administração	40	0	40	36h40									36h40				
Informática	0	40	40	36h40									36h40				
Associativismo e cooperativismo					30	10	40	36h40					36h40				
Oleicultura I					60	20	80	73h20					73h20				
Topografia					45	15	60	55h00					55h00				
Fertilidade do solo e nutrição de plantas					45	15	60	55h00					55h00				
Culturas anuais					60	20	80	73h20					73h20				
Gestão de custos					40	0	40	36h40					36h40				
Oleicultura II								60	20	80	73h20		73h20				
Defesa Fitossanitária								45	15	60	55h00		55h00				
Mecanização								60	20	80	73h20		73h20				
Conservação do solo e da água								30	10	40	36h40		36h40				
Produção integrada								20	0	20	18h20		18h20				
Construções rurais								40	0	40	36h40		36h40				
Irrigação											60	20	80	73h20			
Culturas perenes											60	20	80	73h20			
Extensão rural											40	0	40	36h40			
Logística no agronegócio											40	0	40	36h40			
Tec. de proc. de produtos vegetais											60	40	100	91h40			
Carga Horária Total	215	85	300	275h	280	80	360	330h	255	65	320	293h20	260	80	340	311h40	1210h00
Total Geral	1210h00																
Estágio Curricular	200h00																
Carga Horária Total do Curso	1410h00																

CHT: Carga horária teórica; CHP: Carga horária prática; CH: Carga horária do módulo; CHR: Carga horária Relógio; CHS: Carga horária semestral.

A disciplina de LIBRAS, com carga horária de 18h20, será oferecida pelo IFSULDEMINAS no 4º módulo, porém, a matrícula é optativa.

7.2. Prática Profissional

Do total da carga horária das disciplinas do curso, 25% são aulas práticas, desenvolvidas em atividades de campo, visitas técnicas, atividades de pesquisa e extensão.

7.2.1 Desenvolvimento de Projetos

7.2.2 Estágio Curricular

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Inconfidentes adotará a atividade de Estágio Supervisionado, de acordo com as Leis Federais nº 6.494/1997, nº 9.394/1996, Decreto nº 87.497/1982, nº 11.788/2008 e Orientação Normativa nº 7 de 30/10/2008, como complementação e enriquecimento da formação acadêmica; e o mesmo servirá de instrumento para aprimorar o exercício das competências adquiridas ao longo dos módulos dos Cursos Técnicos.

O Estágio Supervisionado constitui-se de atividades práticas realizadas a partir da fundamentação adquirida na Escola, propiciando assim a vivência profissional, por meio do contato com outros profissionais da área e a experiência obtida pela participação na vida de uma empresa.

O estágio curricular do Curso Técnico em Agricultura deverá ser à partir do 2º semestre do curso, sendo supervisionado pela Coordenação de Integração Escola-Comunidade (CIEC), o Coordenador do curso e pelo Professor responsável.

7.3 Diretrizes curriculares e procedimentos pedagógicos

A mediação pedagógica parte de uma concepção radicalmente oposta aos sistemas de instrução baseados na primazia do ensino como mera transferência de informação. A expressão “mediação pedagógica”, significa o tratamento dos conteúdos e das formas de expressão dos diferentes assuntos (disciplinas), a fim de tornar possível o ato educativo dentro do horizonte de uma educação concebida como participação, criatividade, expressividade e relacionalidade. O tratamento pedagógico propriamente dito, desenvolve os procedimentos mais adequados, para que a autoaprendizagem converta-se em ato educativo.

Deve-se adotar novas posturas metodológicas como o trabalho com projetos transversais, multidisciplinaridade, novas formas de avaliação que considerem o espírito

crítico em detrimento da “decoreba” de conteúdo, novas formas de encarar as atividades práticas e os estágios (incorporando, neste caso, a noção de práticas socioeducativas nos projetos de curso), entre outras.

7.4 Indicadores Metodológicos

Indicadores são sinalizadores de processos e de resultados relativos a uma dada ação planejada; Funcionam como um "termômetro" criado para orientar e aferir a observação, registro e avaliação de planos, programas, ações pretendidas; São concebidos a partir de parâmetros, padrões, concepções expostas no plano de ação previsto; Devem ser claros e consensualizados de forma a permitir a todos os envolvidos (coordenadores, gestores, equipes técnicas, moradores, comunidade) observar e acompanhar o desempenho do plano de ação, que todos passam a participar na avaliação da ação em que todos estão envolvidos. Orientam a coleta de informações; isto é orientam a escolha de instrumentos (roteiros de observação, fichas, questionários, testes, provas, etc.), os modos de coleta (coordenadores, lideranças, famílias, comunidade, organizações).

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação a programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. Toda resposta ao processo de aprendizagem, é uma questão a ser considerada por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, sendo assim, um novo ponto de partida, para um recomeço de novas tomadas de decisões.

A avaliação tem como objetivo desenvolver a autonomia do educando, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento social, moral e intelectual. Ela pode fornecer subsídios para uma reflexão constante de sua prática e favorece a utilização de novos instrumentos de trabalho. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades, o que lhe facilitará a reorganização da sua tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar os aspectos das ações educacionais que demandam maior apoio.

A avaliação escolar é o instrumento a ser usado na construção ou no pleno desenvolvimento do modelo de atuação escolar. É um instrumento balizador para tomar certas decisões ou executar modificações e reforços que favoreçam o desenvolvimento necessário ao alcance pleno dos objetivos planejados.

A avaliação deve estar vinculada à prática adotada em sala de aula, favorecendo a aprendizagem, e articulada à mudança da metodologia de ensino. Cabe, também, ao professor, desenvolver um processo de auto-avaliação contínua para que possa identificar possíveis desvios em relação a esse processo.

Os resultados de toda e qualquer avaliação, incluindo a frequência, serão computados e divulgados ao final de cada semestre letivo, nos diários de classe e transcritos na Seção de Registros Escolares. E, para efeito do aproveitamento escolar, o semestre letivo é de 100 dias.

Há de se ressaltar o caráter permanente e sistemático do processo de avaliação considerando a singularidades dos sujeitos envolvidos no processo educacional, o que contribui para a aprendizagem de pessoas com necessidades específicas, garantido o respeito às legislações vigentes.

O critério de avaliação de curso na modalidade subsequente será desenvolvido em consonância com o disposto, no capítulo IV da Resolução nº 031/2013 de 11 de outubro de 2013.

CAPÍTULO IV

Art. 18. O registro do rendimento acadêmico dos discentes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

Parágrafo único - O docente deverá registrar diariamente o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos discentes através do diário de classe ou qualquer outro instrumento de registro adotado.

I - As avaliações poderão ser diversificadas e obtidas com a utilização de instrumentos tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação e outros;

a. Nos planos de ensino deverão estar programadas, no mínimo, uma avaliação bimestral, conforme os instrumentos referenciados no inciso I, sendo que cada avaliação não deverá ultrapassar a 50% do valor total do semestre.

b. O docente deverá publicar as notas das avaliações e revisar as avaliações em sala de aula até 14 (quatorze) dias consecutivos após a data de aplicação.

c. Em caso de afastamento legal do docente, o prazo para a apresentação dos resultados das avaliações e da revisão da avaliação poderá ser prorrogado.

II - Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente deverão ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas neste documento.

O docente poderá alterar o critério de avaliação desde que tenha parecer positivo do colegiado de curso com apoio da supervisão pedagógica.

III - Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através de formulário disponível na SRA ou SRE.

IV - O docente deverá registrar as notas de todas as avaliações e as medias para cada disciplina

Art. 19. Os docentes deverão entregar o Diário de Classe corretamente preenchido com conteúdos, notas, faltas e horas/aulas ministradas na Supervisão Pedagógica ou setor definido pelo campus dentro do prazo previsto no Calendário Escolar. Para os casos nos quais são

usados sistemas informatizados, a conclusão do preenchimento deverá seguir também o Calendário Escolar.

Art. 20. Os cursos da educação profissional técnica de nível médio subsequente adotarão o sistema de avaliação de rendimento escolar de acordo com os seguintes critérios:

I - Serão realizados em conformidade com os planos de ensino, contemplando os ementários, objetivos e conteúdos programáticos das disciplinas.

II - O resultado do módulo/período será expresso em notas graduadas de zero (0,0) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal.

III - As avaliações terão caráter qualitativo e quantitativo e deverão ser discriminadas no projeto pedagógico do curso.

Art. 21. Será atribuída nota zero (0,0) a avaliação do discente que deixar de comparecer as aulas, nas datas das avaliações sem a justificativa legal.

Art. 22. Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os critérios abaixo, resumidos no Quadro 1:

I - O discente será considerado APROVADO quando obtiver nota nas disciplinas (MD) igual ou superior a 60% (sessenta por cento) e frequência (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no total da carga horária da disciplina.

II - O discente que alcançar nota inferior a 60% (sessenta por cento) na disciplina terá direito a recuperação. O cálculo da média da disciplina recuperação (MDr) será a partir da média aritmética da média da disciplina (MD) mais a avaliação de recuperação. Se a média após a recuperação (MDr) for menor que a nota a disciplina antes da recuperação, será mantida a maior nota.

III - Terá direito ao exame final, ao término do módulo/período, o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% e inferior a 60,0% e frequência igual ou superior a 75% na disciplina.

O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média ponderada da média da disciplina após a recuperação, peso 1, mais a nota do exame final, peso 2, esta somatória dividida por 3.

IV – O exame final é facultativo, não podendo atribuir nota 0,0 (zero) ao discente que não o realizou, mesmo tendo a oportunidade.

- a. Não ha limite do numero de disciplinas para o discente participar do exame final.
- b. Estará REPROVADO o discente que obtiver nota da disciplina inferior a 60,0% (sessenta) ou Frequência inferior a 75% na disciplina.

Quadro 1. Resumo de critérios para efeito de aprovação nos Cursos Técnicos

CONDIÇÃO	SITUAÇÃO FINAL
$MD \geq 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	APROVADO
$MD < 60,0\%$	RECUPERAÇÃO DISCIPLINA
$30,0\% \leq MDr < 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	EXAME FINAL
$MD < 30,0\%$ ou $RFD < 60,0\%$ ou $FD < 75\%$	REPROVADO

MD – media da disciplina;

FD – frequência total das disciplinas;

MDR – media da disciplina recuperação

RFD – resultado final da disciplina.

Art. 23. O discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida na SRA ou SRE num prazo máximo de 2 (dois) dias uteis após a publicação da nota.

Art. 24. O discente devera repetir a disciplina do modulo/período que foi reprovado.

Art. 25. A reprovação em numero superior a 2 (duas) disciplinas em cursos que oferecem ate 6 (seis) disciplinas semestrais ou reprovação em 3 (três) disciplinas em cursos que oferecem acima de 6 (seis) disciplinas semestrais acarretara a retenção no modulo/período devendo cumpri-las primeiramente para continuar sua promoção.

Parágrafo único: Caso o discente tenha ficado reprovado em ate 2 ou 3 disciplinas conforme previsto no caput deste artigo poderá, se houver horário, matricular-se no modulo/período seguinte acrescido dessas disciplinas.

Art. 26. O discente que tiver mais de 3 (três) disciplinas reprovadas simultâneas, independentemente do modulo/período, somente poderá cursa-las no final do curso.

Art. 27. O discente terá o dobro do tempo normal do curso contado a partir da data de ingresso no primeiro período como prazo máximo para conclusão do mesmo.

Parágrafo Único - Não serão computados, para efeito de contagem do prazo máximo para conclusão, os períodos de trancamento de matrícula.

Art. 28. Haverá dois modelos de recuperação que o discente poderá participar:

I - Recuperação paralela – realizada todas as semanas durante o horário de atendimento aos discentes e outros programas institucionais com o mesmo objetivo.

a. O docente ao verificar qualquer situação do discente que esta prejudicando sua aprendizagem devesse comunicá-lo oficialmente sobre a necessidade de sua participação nos horários de atendimento ao discente e aos demais programas institucionais com o mesmo objetivo.

b. A comunicação oficial também devesse ser realizada a Coordenadoria Geral de Ensino.

c. O docente devesse registrar a presença do discente comunicado oficialmente para participar do horário de atendimento ao discente.

d. Os responsáveis pelo acompanhamento dos demais programas institucionais que visam a melhoria da aprendizagem do discente deverão registrar a presença do discente comunicado oficialmente.

II - Recuperação do módulo/período – recuperação avaliativa de teor qualitativo e quantitativo aplicada ao final do semestre quando o discente se enquadrar na situação apresentada no Quadro 1.

9. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Pela Resolução CEB nº 06/2012, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, em seu Art. 36 estabelece:

Art. 36- Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico, regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

10. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

11.1 Biblioteca Central

A Biblioteca “Afonso Arinos” possui uma área de 719,056 m², dos quais 503,08 m² atendem a 500 usuários. Este espaço é dividido da seguinte forma: uma sala, atrelada ao acervo bibliográfico, para estudo em grupo, que possui 10 mesas redondas com 05 assentos cada uma, 10 computadores para acesso à internet para fins de digitação de trabalhos escolares (serviço em implantação) e de pesquisa na internet; sala para processamento técnico, contendo dois computadores, sendo 01 para fazer a catalogação do acervo bibliográfico e 01 para fazer o empréstimo domiciliar; sala de estudos, contendo cabines para estudo individual; guarda volumes, banheiro masculino e feminino, e banheiro masculino e feminino para portador de necessidade especial.

Em suas dependências existe uma sala de estudo individual e outra para estudos em grupo, com capacidade para 36 e 60 pessoas, respectivamente, e também, sala de reuniões e sala para vídeo conferência.

O acervo bibliográfico da Biblioteca “Afonso Arinos” é constituído de material impresso (11.085 livros, 886 periódicos); material audiovisual contendo 140 fitas de vídeo, 10 CD-ROM, 50 slides. É utilizada a Tabela de Classificação Decimal de Dewey, a Tabela de Cutter-Sanborn, Código de Catalogação Anglo-Americano para fazer o processamento técnico deste acervo bibliográfico. Este acervo será disponibilizado em base de dados catalográfica para ser consultado por meio da internet, utilizando um software que atende as necessidades da instituição e do usuário.

A Biblioteca “Afonso Arinos” oferece para os seus usuários os seguintes serviços: orientação aos usuários, serviço de referência virtual, empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, normalização bibliográfica, comutação bibliográfica, pesquisa bibliográfica em base de dados, disseminação seletiva de informações, serviço de reprografia.

11. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

Nome	Titulação	Experiência no ensino técnico
Ester Lambert Pereira	Mestre	Introdução a Agropecuária; Defesa fitossanitária; Fertilidade do solo e nutrição de plantas; Olericultura; Produção integrada; Solos e meio ambiente; Agroecologia e des. Sustentável; Irrigação e drenagem.
Elaine Saletti Pereira	Graduada	Associativismo e Corporativismo, Gestão de Custos.
Joriel Donizete Araujo	Pós Graduado	Associativismo e Corporativismo, Gestão de Custos.
Luciano Souza	Pós Graduado	Administração; Empreendedorismo; Associativismo e cooperativismo; Logística no Agronegócio.
Luis Nimitz Rodrigues	Pós Graduado	Introdução a Agropecuária; Mecanização Agrícola; Construções rurais; Topografia; Culturas Anuais; Culturas Perenes; Agroecologia e des. Sustentável Tecnologia de Processamento de Produtos Vegetais; Extensão Rural.
Renan Saulo Sales	Graduado	Informática
Sergio Adriano de Oliveira	Pós Graduado	Legislação

O curso técnico Subsequente em Agricultura conta ainda com o apoio dos técnico-administrativos ligados ao Departamento de Desenvolvimento Educacional (Coordenação Geral de Assistência ao Educando, Coordenação de Integração Escola – Comunidade, Coordenação Pedagógica, Secretaria, Biblioteca, Cooperativa Escola, etc).

PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO			
Nome	Formação	Regime de Trabalho	Sector de atuação
Adriana Silva Oliveira	Assistente Social	40h	CGAE (*)
Aline Silva dos Santos	Assistente Social	40h	CGAE
Ângela Regina Pinto	Bibliotecária	40h	Biblioteca
Antônio Marcos de Godoi	Técnico em Agropecuária	40h	Setor Fazenda
Bárbara de Carvalho Garcia	Assistente de Alunos	40h	CGAE
Bruno Manoel Rezende de Melo	Técnico em Agropecuária	40h	Setor Fazenda
Carla Pacheco Gouvea	Psicóloga	40h	CGAE
Cleonice Maria da Silva	Pedagoga	40h	Supervisão pedagógica
Edison Clayton Pistelli	Técnico em Agropecuária	40h	Cooperativa-Escola
Emerson Michelin	Técnico em Eletrônica	40h	NTI(**)
Gabriel Maduro Marcondes Pereira	Técnico de Tecnologia da Informação	40h	NTI
Genoveva Aparecida Rangel	Assistente em Administração	40h	Supervisão pedagógica
Gilcimar Dalló	Técnico de Tecnologia da Informação	40h	NTI
Haylton Sebastião de Oliveira	Assistente de Alunos	40h	CGAE
Heleno Lupinacci Carneiro	Analista de Tecnologia da Informação	40h	NTI
Jesus Bento da Silva	Técnico em Agropecuária	40h	Setor Fazenda
Jésus do Nascimento Pereira	Técnico em Agropecuária	40h	Setor Fazenda
José Roberto de Carvalho	Técnico em Agropecuária	40h	Setor Fazenda
João Paulo Junqueira Geovanini	Técnico de Laboratório Área	40h	NTI
Lindolfo Ribeiro da Silva Junior	Assistente em Administração	40h	CGAE
Lucia Helena da Mata	Auxiliar em Enfermagem	40h	CGAE
Magda Maria de Faria	Nutricionista	40h	CGAE
Marcos Roberto dos Santos	Técnico em Agrimensura	40h	Agrimensura
Maria de Lourdes Gervásio	Assistente em Administração	40h	Biblioteca
Maria Izabel Vilas Boas Garcia	Enfermeira	40h	CGAE
Maria José Adami Bueno	Médica	40h	CGAE
Marly Cristina dos Reis	Técnica em Enfermagem	40h	CGAE
Odilon França de Oliveira Neto	Técnico de Laboratório Área	40h	Laboratório de Química
Oswaldo Francisco Bueno	Técnico em Agropecuária	40h	Incubadora
Patrícia Guidi Ramos Pistelli	Auxiliar de Agropecuária	40h	Registros Escolares
Pedro Paulo Oliveira	Nutricionista	40h	CGAE
Rafaella Lacerda Crestani	Pedagoga	40h	Orientação Educacional
Roberto Mendonça Maranhão	Administrador	40h	Incubadora
Sheila Guidi Soares Pistelli	Assistente em Administração	40h	CGAE
Silvério Vasconcelos Braga	Técnico em Agropecuária	40h	Setor Fazenda
Sissi Karoline Bueno da Silva	Administradora	40h	Pesquisadora Institucional
Tânia Gonçalves B. S. Kelnner	Assistente de Alunos	40h	CGAE

Wanúcia Maria Maia Bernardes Barros	Pedagoga	40h	Supervisão Pedagógica
Wilson Roberto Pereira	Técnico em Agropecuária	40h	CGPD (***)

(*) Coordenação Geral de Assistência ao Educando

(**) Núcleo de Tecnologia da Informação

(***) Coordenação Geral de Produção e Desenvolvimento

12. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Os alunos que concluírem com aproveitamento cursos de educação profissional técnica farão jus à obtenção de diploma que possuirá validade para fins de habilitação ao exercício profissional na área de Técnico em Agricultura.

O aluno deverá estar regularmente em dia com sua documentação na Seção de Registros Escolares.

13. Componentes Curriculares

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
1º	Introdução à Agropecuária	40
EMENTA		
Estudos fundamentais da produção agrícola e da criação de animais no Brasil, em Minas Gerais e em Cambuí. Estudos fundamentais dos sistemas de produção agropecuária e sustentabilidade. Considerações gerais sobre os aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais das atividades agropecuárias. O clima: limites e potencialidades. As culturas: características, limites e potenciais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DOMINGUES, O. Introdução à Zootecnia . 3. ed. Rio de Janeiro: MA/SIA, 1968. 392p. MARTINS, C.M. Apostila de Introdução a Agricultura . Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Paraíso do Tocantins. Disponível no site: < http://paraíso.etfto.gov.br/docente/admin/upload/docs_upload/material_62756fc789.pdf >. Acesso em 12 jan. 2011. MENDONÇA, J.M.A. Nota de aula 05: Características Morfológicas dos Solos . Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho. 2010. 19 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
PAULUS, G.; MULLER, A.M.; BARCELLOS, L.A.R. Agroecologia aplicada: práticas e métodos para uma agricultura de base ecológica . Porto Alegre: EMATER/RS, 2000. 86 p. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre-RS; Revista Cultivar Hortaliças, Pelotas-RS; Revista Cultivar Grandes Culturas, Pelotas-RS; Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira, PAB – Brasília-DF (www.embrapa.br/pab).		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
1º	Solos e Meio Ambiente	40
EMENTA		
Fatores e processos envolvidos na formação e distribuição dos diferentes tipos de solos na paisagem. Reconhecimento e classificação dos principais tipos de solos, bem como seu manejo e uso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALVAREZ V., V.H.; NOVAIS, R. F.; BARROS, N. F.; CANTARUTTI, R. B.; LOPES, A. S. Interpretação dos resultados das análises de solos. In: RIBEIRO, A. C.; GUIMARÃES, P. T. G.; ALVAREZ V., V. H. (Ed.). Recomendação para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais . 5. Aproximação. Viçosa: Comissão de Fertilidade do Solo do Estado de Minas Gerais, 1999, 359p. EPSTEIN, E.; BLOOM, A. J. Nutrição Mineral de Plantas: Princípios e Perspectivas . 2. ed. Londrina: Editora Planta, 2006.403p. RAIJ, B. Van. Fertilidade do Solo e Adubação . São Paulo, Piracicaba: Ceres, POTAFOS, 1991. 343 p.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTONI, J. & LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 2. ed., Editora Ícone, São Paulo, 1990. 355p.
 DIAS JÚNIOR, M. S. **Compactação do Solo**. Tópicos em Ciência do Solo. Vol.1, págs. 55-94 Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. 2000
 VIEIRA, L.S. **Manual de Ciência do Solo**. Editora Agronomia Ceres, 1988.
 RESENDE, M.; CURI, N.; RESENDE, S.B.; CORRÊA, G.F. **Pedologia: base para distinção de ambientes**. Editora UFLA, 2007.
 AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. **Processos biológicos no sistema solo planta**. Editora Embrapa, 2005.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
1º	Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	60

EMENTA

Estudos fundamentais dos princípios agroecológicos da agricultura e da agropecuária: desenvolvendo consciência ecológica e contribuindo para o equilíbrio dos agroecossistemas. Estudo e análise das formas de agricultura: convencional e agroecológica. Cuidados adotados para conservação da biodiversidade. Sustentabilidade agrícola e agropecuária – produção agroecológica. Base ecológica do manejo de pragas e doenças e contribuição ao equilíbrio dos agroecossistemas. A ciclagem de nutrientes no agroecossistema através de adubação verde e da compostagem. Implementação e importância do manejo sustentável do solo: cultivo em faixas, cordões de contorno, cultivo mínimo, plantio direto, "mulching". Análise dos modelos alternativos de agricultura - orgânica, biodinâmica, natural - para aplicação de acordo com condições ambientais e perspectivas socioeconômicas. Introdução a produção agroecológica específica em olerícolas, frutíferas, cereais e pastagens e sistemas agroflorestais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** 3. ed. Porto Alegre Ed. UFRGS 2001
 GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre Ed: da UFRGS 2002
 PRIMAVERESI, A. M. **Agricultura Sustentável - Manual do Produtor Rural**. São Paulo: Nobel, 1992. 142p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (Orgs.)** Porto Alegre Ed. UFRGS 1997
 ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura sustentável**. Rio de Janeiro PTA/FASE 1989
 SOUZA, J. L. de; RESENDE, P. **Manual de horticultura orgânica**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2003. 564 p.
 ZAMBOLIM, L et al. **Manejo integrado de doenças e pragas em hortaliças**. UFV, Viçosa, 2007, 627 p.
 Site Web:
 Sítio: <http://www.planetaorganico.com.br>

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
1º	Legislação	40
EMENTA		
Responsabilidade e ética profissional; Conselho profissional; Princípios relacionados a legislação ambiental; Classificação do Meio Ambiente; Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA – Lei 6.938/1981); Competência em matéria ambiental; Licenciamento Ambiental - Resoluções do CONAMA 1/1986 e 237/91(EIA, RIMA); Novo Código Florestal - Lei 12.651/2012 (áreas de preservação permanentes e reserva Legal); Artigo 225 § 3º da Constituição Federal – Responsabilidade pelo dano ambiental (Civil, Criminal e administrativa); Crimes contra o Meio Ambiente –Lei 9605/98.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. Manual de Direito Previdenciário . 13. ed. São Paulo: Conceito, 2011. FIORILLO, C. A. P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro . 14. ed. Saraiva, 2013. R. D. R. Formação e Atuação Profissional do Técnico Agrícola . – 4. ed. rev.e atual.- Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005. 264 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
LAZZARI, J. B.; CASTRO, C. A. de. Manual de Direito Previdenciário . 13. ed. São Paulo. Legislação Previdenciária: LEI. 8212/91 – LEI. 8213/91 – Decreto 3.048 / 99 MIRALÉ, Édis. Direito do Ambiente . 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. VIANNA, J. R. A. Responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente . Curitiba: Juruá, 2006. http://www2.planalto.gov.br/ http://www.mma.gov.br/		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
1º	Empreendedorismo	40
EMENTA		
Introdução ao empreendedorismo e sua origem; O que dizem os autores; Importância do empreendedorismo; Escolha de empreendedores para estudo; Exemplos de empreendedores; Estatísticas SEBRAE; Missão, Visão e Valores das empresas; A importância do planejamento para empreendedores; Passos para elaborar um Plano de Negócios.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DOLABELA, F. O Segredo de Luiza . Rio de Janeiro: Sextante, 2008. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo Transformando Idéias em Negócios . 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003. ESSANT, J., TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo . Porto Alegre, Bookman, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Kotler, P. Administração de Marketing – São Paulo – 10. ed, Prentice Hall, 2000 www.planodenegocios.com.br http://grupoinovadores.blogspot.com.br http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_397.html http://www.administradores.com.br www.sebraemg.com.br		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
---------	------------	-----------------

1º	Administração	40
EMENTA		
<p>Conhecimentos e métodos administrativos. Criação de empresas, constituição e forma jurídica das organizações. Tipo de organização. Gestão de empresas rurais. Conceitos de gastos, investimentos, custo fixo e variável. Contabilidade rural. Gestão de materiais: estoque, conceito e avaliação. Marketing e ciclo de vida do produto. Plano de negócios.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CARLSON JAN.A Hora da Verdade. Rio de Janeiro. Sextante. 2005 CHIAVENATO, I. Teoria geral da administração: Uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. MAXIMINIANO, A. C. A. Teoria geral da administração. São Paulo: Atlas, 2010. PRESTES MOTTA, F. C. Teoria geral da administração. São Paulo. Pioneira. 2002.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BULGACOV, S.. Manual de Gestão Empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006 CHIAVENATO, I. Administração – Teoria, Processo e Prática. 4. ed. São Paulo: Campus, 2006. OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico - Conceitos, Metodologia e Prática. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007 PIERA,G. A Direção do Vento. São Paulo: Editora Gente, 2008. ROBBINS, S. P. Comportamento Organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. SOUZA, C.. O Caminho das Estrelas. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.</p>		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
1º	Informática	40
EMENTA		
<p>Utilização da Informática Básica na Agricultura (Editor de Texto, Planilhas).Conceitos básicos da área de informática, serviços e funções de Sistemas Operacionais. Recursos para configuração do ambiente de trabalho. Serviços e funções do sistema aplicativo, utilizando suas ferramentas e recursos em atividades de configuração, manipulação e outras; serviços e funções do sistema aplicativo Microsoft excel, utilizando suas ferramentas e recursos em atividades de configuração, manipulação e outras. Recursos trabalhados são fundamentais na elaboração de projetos agropecuários.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CORNACHIONE Jr. E. B. Informática: aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. NORTON, P. Introdução à Informática. São Paulo: Makron Books, 1996. VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ARAÚJO, P. S. LibreOffice Writer 3.4 : Liberdade para criar e editar textos. Santa Cruz do Rio Pardo/SP. Editora Viena, 2012. Coleção Premium. DARIO, A. L.. Calc 3.4 : Inovando planilhas eletrônicas -. Santa Cruz do Rio Pardo/SP. Editora Viena, 2012. Coleção Premium. MOFEDRIES, P.. Fórmulas e Funções com Microsoft Excel. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2005. NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. Informática Básica – profuncionário: Curso</p>		

Técnico de Formação para os Funcionários da Educação. Brasília, 2006.
SANMYA, Feitosa Tajra; **Informática na educação**. São Paulo: Érica, 2002.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
2º	Associativismo e Cooperativismo	40
EMENTA		
Trabalho em equipe e em cooperação. Autogestão. Assembléia Geral. Noções de comercialização e de gestão financeira para associações. Problemas e perspectivas do associativismo brasileiro. Conceitos básicos do cooperativismo, a história do cooperativismo, as diferentes formas de cooperativismo, as vantagens do cooperativismo; Princípios do cooperativismo, os procedimentos para constituição e legalização de cooperativas e a legislação cooperativista.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>A COOPERATIVA na realidade agrícola brasileira. Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, v. 15, 1984.</p> <p>BARBOSA, J. S, et al. Administração Rural a nível da fazendeiro Galiano: Introdução a Sociologia. São Paulo, Harpeow.</p> <p>CRÚZIO, Helnon de Oliveira. Como organizar e administrar uma cooperativa. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Atlas, 2001.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ASHOKA; McKINSEY. Empreendimentos Sociais Sustentáveis: como elaborar Planos de Negócio para organizações sociais. São Paulo: Petrópolis, 2001.</p> <p>GRZYBOVSKI, D.; SANTOS, A.C. Coordenação e negociação em cadeias produtivas. Cidade: UPF, 2000</p> <p>OLINGER, G. Como melhorar a eficácia da extensão rural no Brasil e na América Latina. Brasília: EMBRATER, 1984.</p> <p>OLIVEIRA, P. Santos de. Introdução à Sociologia. São Paulo: Ática, 1998.</p> <p>PANZUTTI, Ralph et al. Cooperativa: uma empresa participativa. São Paulo: OCESP, 2000.</p> <p>OCB. O cooperativismo brasileiro. Brasília: Coleção história do cooperativismo, 1992.</p> <p>O Cooperativismo internacional. Brasília: Coleção história do cooperativismo, 1990.</p>		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
2º	Olericultura I	80
EMENTA		
Técnicas de exploração, comercialização, classificação e conservação de culturas olerícolas; Planejamento, orientação e condução tecnicamente as principais culturas olerícolas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3.ed. Viçosa: UFV, 2008. 421 p.</p> <p>FONTES, P.C.R. (Ed) Olericultura: teoria e prática. 1.ed, Viçosa: UFV, 2005. 486 p.</p> <p>PAULA JÚNIOR, T. J.; VENZON, M. 101 culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010 (reimpressão). 800 p.</p> <p>PEREIRA, C.; MARCHI, G. Cultivo comercial em estufa. Guaíba: Agropecuária, 2000. 115</p>		

p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU JÚNIOR, E. **Coord. Práticas alternativas de controle de pragas e doenças.** Campinas, EMOPI, 1998. 115 p.
BORNE, H. R. **Produção de mudas de hortaliças.** Guaíba: Agropecuária, 1999. 189 p.
CASTELLANE, P. D. Produção de sementes de hortaliças. Jaboticabal: FCAV/FUNEP, 1990. 265p.
INFORME AGROPECUÁRIO. **Brássicas.** Belo Horizonte: EPAMIG, v. 9, n. 98, 1998. 72 p.
KIEHI, E. J. **Manual de compostagem.** Piracicaba, 1985. 171 p.
PENTEADO, S. R. **Introdução à agricultura orgânica - normas e técnicas de cultivo.** Campinas-SP. Ed. Grafimagem, 2000, 110 p.
SGANZERLA, E. A fascinante arte de cultivar com os plásticos. 5.ed. Ver. e atual. Guaíba: Agropecuária, 1995. 342 p.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
2º	Topografia	60

EMENTA

Introdução e conceitos necessários; Aparelhos e Equipamentos; Ângulos em Topografia, Magnetismo terrestre; Planilha de Calculo exercício completo de escritório; Estacionamento, leitura de ângulos, medição de distância, uso de ângulo azimutal a direita; Prática de campo: aparelhos, equipamentos, estacionamento, leitura de mira e ângulos horizontais; Levantamento por irradiação, por intersecção e transposição de obstáculos; Levantamento planiférico misto. Caminhamento e irradiação. Campo e Escritório. Exercício sobre levantamento planimétrico misto; Levantamento planimétrico; Altimetria (Nivelamento e levantamento altimétrico); Nivelamento geométrico, geométrico simples, compostos e trigonométrico; Levantamento planialométrico; Geodésia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GODOY, R. **Topografia** – FEALQ – 1979. ESALQ: USP, Piracicaba.
SPARTEL, L. **Curso de Topografia** – Ed. Globo. Porto Alegre – RS, 1978.
VEIGA, L. A. K. **Fundamentos de Topografia**, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, G. J. e PIEDADE, G. C. P. **Topografia.** Ed. Nobel. São Paulo – SP, 1984.
GARCIA, G.,J.; GERTRUDES, C. R. P. **Topografia Aplicada às Ciências Agrárias;** Editora Nobel-SP,1978.
GODOY, R.**Topografia Básica-** Editora Fealq ESALQ-USP-Piracicaba-SP, 1988.
LOCH, C e CORDINI, J. **Topografia.** Editora da UFSC. Universidade de Santa Caratina. Florianópolis, 2000.
VEIGA L.A.K.; ZEHNPENNIG, M.A.; Zanrtti P.L. **Fundamentos da Topografia-UFPR-** 2007.
SOUSA, J. O. **Agrimensura;** Editora Nobel-1978

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
2º	Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	60

EMENTA

Conceitos básicos de fertilidade do solo. Leis da fertilidade do solo. Elementos essenciais às plantas. Dinâmica de nutrientes no solo. Reação do solo. Correção de acidez. Nitrogênio. Fósforo. Potássio. Enxofre. Micronutrientes. Matéria orgânica. Avaliação da fertilidade do solo. Adubos e adubação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 4.ed. São Paulo: Ícone
FERNANDES, M.S., (Ed.). **Nutrição mineral de plantas**, SBCS, Viçosa, MG, 2006. 432 p.
MALAVOLTA, E. **Elementos de Nutrição Mineral de Plantas**. São Paulo: CERES, 1980.
RAIJ, B. Van. **Fertilidade do Solo e Adubação**. Piracicaba: Ceres, POTAFOS, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BISSANI, C. A., GIANELLO, C., TEDESCO, M.J., CAMARGO, F.A.O. (Eds) **Fertilidade dos Solos e manejo da adubação de culturas**. Porto Alegre: Gênese, 2008, 328 p.
COELHO, FERNANDO S.; VERLENGIA, FLÁVIO; **Fertilidade do solo**. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 384p.
MALAVOLTA, E.; VITTI, G.C.; OLIVEIRA, S.A. **Avaliação do Estado Nutricional das Plantas: Aplicações e Perspectiva**. 2. ed. Piracicaba: POTAFOS, 1997.
NOVAIS, R.F. et al. (Eds) **Fertilidade do solo**, SBCS, Viçosa, MG, 2007. 1017 p.
SBCS (Sociedade Brasileira de Ciência do Solo) **Tópicos em Ciência do Solo**. Volumes 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
2º	Culturas Anuais	80

EMENTA

Manejes e inovações tecnológicas nas principais culturas agrícolas de ciclo anual, exploradas comercialmente. Planejamento, condução, colheita e agregação de valor a cadeia produtiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FORNASIERI FILHO, D. **A cultura do milho**. Jaboticabal: FUNEP, 1992. 273 p.
GALVÃO, J.C.G. & MIRANDA, G.V.M. **Tecnologias de produção de milho**. Ed. Ufv, 2004, 366p.
POTAFOS. **Ecofisiologia da produção agrícola**. Piracicaba: POTAFOS, 1987, 249 p.
EMBRAPA SOJA. **Recomendações técnicas para a cultura da soja no Paraná 1999/2000**. Londrina, 1999. p.103, 109. (Embrapa Soja. Documentos, 131).
MASCARENHAS, H.A.A.; TANAKA, R.T. **Soja**. In: RAIJ, B. van; CANTARELLA, H.; QUAGGIO, A.J.; FURLANI, A.M.C. (Ed.). **Recomendações de adubação e calagem para o Estado de São Paulo**. 2.ed. Campinas: IAC, 1996. p.202-203. (IAC. Boletim Técnico, 100).
SOUSA, D.M.G. de. **Calagem e adubação para cultura da soja nos cerrados**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1984. 9p. (EMBRAPA-CPAC. Comunicado Técnico, 38).
Fancelli, Antonio Luiz. **Produção de Feijão**. Piracicaba, 2007 386p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MIYASAKA, S.; MEDINA, J.C. (Ed.). **A soja no Brasil**. Campinas: ITAL, 1981. 1062p.
RAIJ, B. van.; CANTARELLA, H.; QUAGGIO, J.A.; FURLANI, A.M.C. (Ed.).
RAIJ, B. van; QUAGGIO, A.J.; CANTARELLA, H.; ABREU, C.A. **Interpretação de análise de solo**. In: RAIJ, B. van; CANTARELLA, H.; QUAGGIO, A.J.; FURLANI, A.M.C. (Ed.).
CONAB. **Indicadores da agropecuária**. Brasília, 2002. Disponível em : <
<http://www.conab.gov.br/> > Acesso em : 4 de abril de 2013.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
2º	Gestão de Custos	40
EMENTA		
<p>Conceitos de Custos e Despesas. Classificação e fases dos custos (custos fixos e custos finais). Composição dos custos: de produção, de mercadorias, e de serviços vendidos (CPV, CMV, CSV). Importância dos custos nas empresas, importância da informação, departamentalização e centros de custos. Custos de materiais, classificação e controle de materiais.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>COGAN, S. ABC - poderosa estratégia empresarial, São Paulo: Pioneira, 1994 CREPALDI, S. A. Curso Básico de Contabilidade de Custos - Editora Atlas, 1999. PEREZ JUNIOR, Hernandez Perez et al. Gestão Estratégica de Custos. São Paulo: Atlas, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2006 Gestão de Custos – Metodologia do Conab – Companhia Nacional de Abastecimento Agrícola. Instituto Brasileiro de Contadores Curso sobre Contabilidade de Custos - Editora Atlas - 1992 LEONE, G. S. G. Custos com Enfoque Administrativo - 2 volumes - Editora Fundação Getulio Vargas.-1998 _____. Custos - Planejamento, Implantação e Controle. Editora Atlas.1996 _____. Contabilidade de Custos (Abordagem do Sistema ABC). 2 volumes - Editora Atlas. 1997</p>		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
3º	Olericultura II	80
EMENTA		
<p>Técnicas de exploração, comercialização, classificação e conservação de culturas olerícolas de maior importância econômica na região. Cultura do Tomate, Cultura do Morango, Cultura da Batata, Cultura do Brócolis, Cultura do Pimentão.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. Viçosa: UFV, 2008. 421 p. FONTES, P.C.R. (Ed) Olericultura: teoria e prática. 1. ed, Viçosa: UFV, 2005. 486 p. PAULA JÚNIOR, T. J.; VENZON, M. 101 culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010 (reimpressão). 800 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BORNE, H. R. Produção de mudas de hortaliças. Guaíba: Agropecuária, 1999. 189p. JÚNIOR, A. A. S. Repolho: fitopatologia, fitotecnia, tecnologia alimentar e mercadológica. EMPASC. Florianópolis, 1987. MINAMI, K.; HAAG, H. P. O. Tomateiro. Campinas: Fundação Cargill, 1989. MURAYAMA, S. Horticultura. 2. ed. Campinas: Instituto Campineiro e Ensino Agrícola. 1983, 328p. PEREIRA, C.; MARCHI, G. Cultivo comercial em estufa. Guaíba: Agropecuária, 2000. 115 p.</p>		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
3º	Defesa Fitossanitária	60
Planejamento fitossanitário; Princípios e métodos de controle de pragas e doenças. Receituário agrônomo; Cuidados ambientais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KIMATI, H; AMORIM, L; BERGAMIN FILHO; A; CAMARGO E A, L; REZENDE A M, J. Manual de Fitopatologia : Doenças de plantas cultivadas. 4. ed. São Paulo: Ceres, 2005		
ZAMBOLIM, L.; VALE, F. X. R. Manejo Integrado de doenças e pragas : grandes culturas. Viçosa: UFV, 1997.		
ZAMBOLIM, L. Manejo integrado de doenças pragas . Viçosa: UFV, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BERGAMIN FILHO, A; KIMATI, H; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia : Princípios e conceitos. 3. ed. São Paulo: Ceres, 1995.		
POZZA, E A. Princípios e conceitos em manejo e doenças de plantas . Lavras: Ufla, 1997		
YAMAMOTO, P. T. Manejo Integrado de pragas dos citros . Piracicaba: C.P., 2008.		
VIEIRA, C. Feijão . 2. ed. Viçosa: UFV, 2006.		
SOUZA, J. L. Manual de horticultura orgânica . 2. ed. Viçosa: Aprenda fácil, 2006.		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
3º	Mecanização	80
EMENTA		
Introdução ao estudo da mecanização agrícola. Tração animal. Tração motorizada. Princípios de funcionamento de motores de combustão interna, ciclo Otto, ciclo Diesel, motores de quatro e dois tempos. Manutenção. Princípios básicos para operação de tratores. Planejamento da mecanização para uma propriedade rural.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BALASTREIRE, L.A. Máquinas Agrícolas . Ed. Manole, 1990, 307p.		
MIALHE, L. G. Manual de mecanização agrícola . 1. ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1974.		
MIALHE, L. G. Máquinas motoras na agricultura . V1. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
ATARES, P.V.A.; BLANCA, A.L. Tratores e Motores Agrícolas . 2. ed. Madri: Ediciones Mundi. Prensa, 1993. 429 p.		
BARGER, E.L. et ali. Tratores e seus Motores . St. Joseph. Ed. Edgard Blucher Ltda. SP. 398p		
GALETI, P.A. Mecanização Agrícola . São Paulo: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1981. 20p.		
MIALHE, L. G. Máquinas motoras na agricultura . V2. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980		

RIPOLI, T.C.C.; MILAN, M.; MOLIN, J.P.; GADANHA JÚNIOR, C.D.; MOLINA JÚNIOR, W.F. **Mecânica e Máquinas Motoras 05.1** ESALQ-USP, PIRACICABA, 2005.
(1CD).
SILVEIRA, G. M. **Os cuidados com o trator**. Rio de Janeiro: Editora Globo. 1987. 245p.
VIANA, H.R.C. **Planejamento e controle da manutenção**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 192p.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
3º	Conservação do Solo e da Água	40
EMENTA		
<p>Conceitos de conservação do solo e da água. Fatores que afetam a erosão e a sua classificação. Impactos ambientais e econômicos da erosão do solo. Práticas edáficas, vegetativas e mecânicas de controle da erosão do solo. Manejo conservacionista do solo e da água; Recuperação de solos degradados. Manejo do solo e a sustentabilidade da atividade agrícola. Plantas de cobertura e /ou adubação verde.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. 4. ed. São Paulo: Ícone, 1999. 355p. GALETI, P. A. Práticas de controle à erosão. Campinas: IAC, 1987. 278p GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G.M. Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações. 2. ed. 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>PIRES, F. R.; SOUZA, C. M. de. Práticas mecânicas de conservação do solo e da água. 2. ed. Viçosa, MG: UFV, 2006. 216p. PRADO, H. Manejo dos solos: descrição pedológica e suas implicações. São Paulo. Nobel, 1991. PRUSKI, F. F. Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. Viçosa, MG: UFV, 2006. 240p. RESENDE, M. et al. Pedologia: base para distinção de ambientes. Viçosa, NEPUT, 1995. 304P. SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Coleção Senar 76.</p>		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
3º	Produção Integrada	20
EMENTA		
<p>Recursos naturais e mecanismos de normalização das atividades da exploração agrária visando minimizar o aporte de insumos procedentes do exterior da exploração; Produção sustentável de alimentos e outros produtos de alta qualidade mediante a utilização preferencialmente de tecnologias que respeitem o meio ambiente; Fontes de contaminação geradas pelas atividades agropecuárias.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FACHINELLO, J. C. Produção Integrada de Frutas (PIF) para frutas de qualidade. Palestra apresentada no II Fórum de Fruticultura da Metade Sul do RS. Bagé, RS. 4-6/11/1999. 11p. PICANÇO, M.; ARAÚJO, M.S.; MACEDO, T.B. Manejo integrado de pragas</p>		

agrícolas. Viçosa: UFV, 305p., 1999.
ZAMBOLIM, L. **Manejo Integrado**; Produção integrada, Fruteiras tropicais, doenças e pragas. Ed. Viçosa, MG. 587p. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOREIRA, M.D.; PICANÇO, M.C.; MARTINS, J.C.; CAMPOS, M.R.; CHEDIAK, M. Uso de inseticidas botânicos no controle de pragas. In: ZAMBOLIM, L.; LOPES, C.A.; PICANÇO, M.C.; COSTA, H. (Org.). **Manejo Integrado de Doenças e Pragas - Hortaliças**. 1. ed., Viçosa: Suprema, 2007, p. 577-606.

PARRA, J.R.P.; BOTELHO, P.S.M.; CORRÊA-FERREIRA, B.S.; BENTO, J.M. S. (Eds.). 2002. **Controle biológico no Brasil: parasitóides e predadores**. São Paulo: Manole, 2002. 635p.

Produção Integrada – Embrapa Meio Ambiente - Disponível em : http://www.cnpma.embrapa.br/projetos/prod_int/item5.html Acesso em 03 de maio de 2013.

Produção Integrada de Maçã – Embrapa Uva e Vinho – Disponível em : <http://www.cnpuv.embrapa.br/tecnologias/pim/> . Acesso em 03 de maio de 2013

Produção integrada no Brasil : agropecuária sustentável alimentos seguros / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : Mapa/ACS, 2009. 1008 p. : il.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
3º	Construções Rurais	40

EMENTA

Materiais empregados nas construções rurais. Técnicas Construtivas. Projetos, localização e fundações. Construções de benfeitorias rurais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAETA, F. C.; SOUZA, F. **Ambiência em edificações rurais**: conforto animal.

CARNEIRO, O. **Construções Rurais**. São Paulo: 10ª ed. Editora Saraiva, 1982.

PEREIRA, M. F. **Construção Rural**. São Paulo: 1ª ed. Nobel, 1982

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABCP – **Associação Brasileira de Cimento Portland. Guia de Construções Rurais a Base de Cimento**. Fascículo 1: Benfeitorias de Uso Geral, São Paulo SP, 114p.

BAÊTA, F.C.; DEL PELOSO, E.J.M; HOMEM, A.C.F. **Silos para forragens**: Dimensionamento e Construção. Boletim de extensão, UFV. Imprensa Universitária, Viçosa. 1992. 26p.

FABICHAK, I. **Pequenas construções rurais**. São Paulo: Nobel. 4ed. 1983.

FALCÃO BAUER, L. A. **Materiais de Construção**. 5. ed. São Paulo: LTC, 2000. 471p.

PEREIRA, M. F. **Construções rurais**. São Paulo: Nobel, 1986. 330p.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
4º	Irrigação	80

EMENTA

Água no solo. Sistema solo-água-clima-plantas. Drenagem do solo. Irrigação por aspersão. Irrigação por gotejamento. Irrigação por superfície.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDO, S. **Manual de irrigação**. 6. ed. Viçosa. Imprensa Universitária. 2002. 656 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRUCIANI, D.E.A. **A drenagem na agricultura**. São Paulo. Nobel. 1980. 333 p.

DAKER, A. **A água na agricultura**. Irrigação e drenagem. 3º vol. 5. ed. Rio de Janeiro. Livraria Freitas Bastos S.A. 1976. 453 p.

- OLITTA, A.F.L. **Os métodos de irrigação**. São Paulo. Nobel. 1977. 267 p.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
4º	Culturas Perenes	80
EMENTA		
<p>Histórico da Cafeicultura: origem, evolução e importância econômica. Conceitos de fertilidade do solo. Fisiologia do cafeeiro. Fatores edáficos e climáticos. Manejo integrado de pragas e doenças. Escolha de área para plantio do café. Escolha de cultivares produtivos e resistentes à doenças. Tratos culturais, colheita e pós-colheita Introdução à fruticultura: Classificação botânica e zoneamento climático das frutíferas; Aspectos gerais de produção; Aspectos econômicos de produção; Mercado consumidor de frutas (interno e externo); Agregação de valor; Comercialização. Principais métodos de propagação de frutíferas; Implantação de pomar de frutíferas; Uso de adubos verdes. Tratos culturais para a formação da planta. Principais pragas e doenças das frutíferas e seu controle: Diagnóstico visual; Controle preventivo e Curativo. Podas das frutíferas: Coleta de folha para avaliação nutricional; Nutrição mineral de plantas frutíferas: Calagem, Gessagem e Adubação de produção. Benefícios da fixação biológica do nitrogênio e das micorrizas em pomar de frutíferas. Produção de mudas de frutíferas. Preparo e aplicação de calda bordalesa em frutíferas. Colheita, pós-colheita e classificação de frutos das principais frutíferas. Estudo das principais frutíferas cultivadas no Sul de Minas Gerais e no país.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>GOMES, P. Fruticultura Brasileira, Nobel, São Paulo, 1975, 446 p</p> <p>MATIELLO, J. B.; SANTINATO, R.; GARCIA, A. W. R.; ALMEIDA, S. R.; FERNÁNDES, D. R. Cultura do café no Brasil: Novo manual de recomendações. Rio de Janeiro/Varginha: MAPA/PROCAFÉ. 2005. 387p. (2. ed).</p> <p>SIMÃO, S. Manual de Fruticultura, Ceres, São Paulo, 1971, 571 p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>COMISSÃO DE FERTILIDADE DO SOLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Recomendação para uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais (quinta aproximação). Viçosa, 1999, 359 p.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. Cultura do café no Brasil, manual de recomendações . 5. ed. Ampliada, Rio de Janeiro 1985. 580 p</p> <p>LORENZI, H.; BACHER, L.; LACERDA, M.; SARTORI, S. Frutas Brasileiras e exóticas cultivadas. ed. Melhoramentos, 640p. 2006.</p> <p>MANICA, I. Abacaxí: do plantio ao mercado. Ed. Cinco Continentes, Porto Alegre, RS. 122p. 2000.</p> <p>_____. Uva: Tecnologia de produção, Pós-colheita, Mercado. Ed. Cinco Continentes, Porto Alegre, RS. 778p. 2003.</p> <p>ZAMBOLIM, L. Manejo Integrado: Produção integrada, Fruteiras tropicais, doenças e pragas. Ed. Viçosa, MG. 587p. 2003.</p>		

SOUSA, J.S.I. **Podas das plantas frutíferas**. ed. Nobel, 224p. 2000.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
4º	Extensão Rural	40
EMENTA		
Criação de empresas, constituição e forma jurídica das organizações. Tipo de organização. Gestão de empresas rurais. Conceitos de gastos, investimentos, custo fixo e variável. Contabilidade rural. Gestão de materiais: estoque, conceito e avaliação. Marketing e ciclo de vida do produto. Plano de negócios.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALMEIDA, A. de.; CAMPOS G. W. de. Extensão Rural - dos livros que a gente lê à realidade que ninguém vê . Porto Alegre: Cabral Editora Universitária, 2006.		
BRAGA, G.M. Metodologias de Extensão Rural . Viçosa, UFV, 1986.		
BROSE, M. (Org.) Participação na Extensão Rural : experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.		
SOUZA, G.; VIEIRA, M. & A. Administração da Fazenda . Coleção do Agricultor – Economia. 4 ed. Globo. 1992.		
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios . Rio de Janeiro: Campus, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
OLINGER, G. Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil . Florianópolis: PAGRI, 1996.		
OLINGER, G. Como melhorar a eficácia da extensão rural no Brasil e na América Latina . Brasília: EMBRATER, 1984.		
QUEDA, O. A Extensão Rural no Brasil : da anunciação ao milagre da modernização agrícola. 1987. Esalq/USP, Piracicaba, SP. Tese (Livre Docência)		
OLIVEIRA, P. S. de. Introdução à Sociologia . São Paulo: Ática, 1998.		
SANTANDER, F. O Extensionista . São Paulo, Hucitec, 1987.		
SINGER, P. Globalização e desemprego : diagnóstico e alternativas. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.		

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
4º	Logística no Agronegócio	40
EMENTA		
Estudo fundamental sobre a importância da logística no agronegócio. Desenvolvimento baseado em redução de custos, armazenagem, controle de estoque e planejamento estratégico. Introdução da Logística e Cadeia de Suprimentos. Estratégia de Planejamento e Controle da Produção.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BERTÁGLIA, R. PAULO. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento . São Paulo. Saraiva, 2006.		
TUBINO, F, DALVIO. Planejamento e Controle da Produção . São Paulo. Atlas, 2005.		
NOVAES, G, ANTONIO. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição . São Paulo, Campus, 2007.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
http://www.ruralbr.com.br/pagina/sos-logistica.html http://estudandologistica.com.br/destaque/porto-de-paranagua http://www.administradores.com.br/ http://www.valor.com.br http://www.agricultura.gov.br	

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
4º	Tecnologia de Processamento de Produtos Vegetais	100

EMENTA	
<p>Operações básicas do processamento de alimentos. Técnicas de conservação dos alimentos: calor, defumação, radiação, frio, secagem, fermentação, osmose e aditivos químicos. Coadjuvantes utilizados no processamento de alimentos. Armazenagem e transporte de matérias primas e de produtos industrializados. Tecnologia de processamento de produtos de origem vegetal e animal. Visão da cadeia produtiva.</p>	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. Pós-colheita de frutos e hortaliças. Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras, 1990. EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. São Paulo: Ed. Atheneu, 2005. GAVA, A. J. Princípios da Tecnologia de Alimentos. São Paulo, Editora: Nobel, 1984.</p>	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>CRUESS, W. V. Produtos industrializados de frutas e hortaliças. São Paulo: Edgard Blucher, 1973. 408 p. JACKIX, M. H. Doces, geléias e frutas em calda. Campinas: Icone, 1988. 162p. MIDIO, A. F. & MARTINS, D. I. Toxicologia de Alimentos. SP: Livraria Varela, 2000. SILVA, J.A. Tópicos da Tecnologia de Alimentos. SP: Livraria Varela, 2000. GAVA, Altanir J. Princípios de tecnologia de alimentos. São Paulo: Nobel, 1999. 284 p. RIEDEL, Guenther. Controle sanitário dos alimentos. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1992. 320 p.</p>	

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS
4	Libras (optativa)	20

EMENTA	
<p>O aluno com necessidades específicas na escola. Inclusão escolar. A gramática da língua de sinais. Aspectos da Educação de surdos. Teoria da Tradução e interpretação. Técnicas de tradução em libras. Técnicas de tradução em português. Libras: noções básicas.</p>	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, E. O.C. Leitura e surdez: um estudo com adultos na oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. KANOPP, L. B. QUADROS, R. M. Língua de Sinais Brasileira. Porto Alegre: Artmed, 2004. MANTOAN, M. T. E. PRIETO, R. G. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 4.ed.</p>	

São Paulo: Summus, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, E. C.; DUARTE, P. M. **Atividades ilustradas em sinais da Libras**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

BRANDÃO, F. **Dicionário ilustrado de Libras: Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Global, 2011.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba, IBPEX, 2008.

PACHECO, J. **Caminhos para inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Summus, 2007.

14. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº1, de 30 de maio de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 031/2013 de 11 de outubro de 2013 - Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Subsequentes da Educação Técnica Profissional de Nível Médio.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

BRASIL. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Decreto Nº 7.611 de 17 de novembro de 2004. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília/DF: 2011.

_____. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei 10.741 de 01/08/2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso. Brasília/DF: 2003.

_____. Lei 9.503 de 23/09/2007. -Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília/DF: 2007.

_____. Lei nº 11.645 de 10/03/2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília/DF: 2008.

_____. Lei nº 11.741 de 16/07/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília/DF: 2008.

_____. Lei 11.947 de 16/07/2009. Dispõe sobre atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. Brasília/2009: 2009.

BRASIL. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília/DF: 2012

Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008

Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008

Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21 de janeiro de 2004

Norma de Estágio para os cursos Técnicos do IFSULDEMINAS.